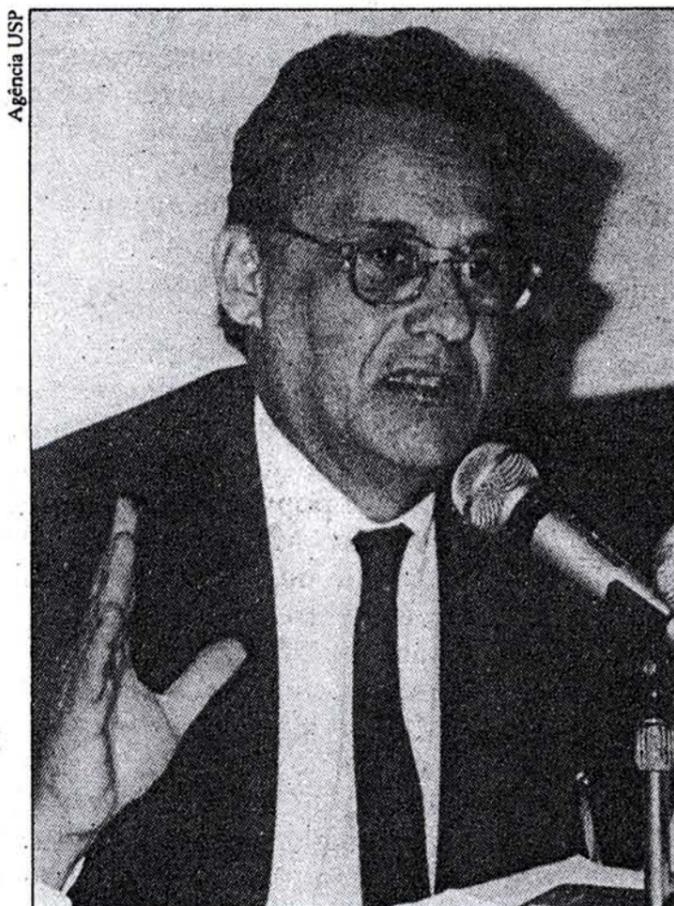


Recursos para saúde

A conversão de parte da dívida externa para aplicação em projetos de saúde na América Latina pode ser uma das mais importantes fontes geradoras de recursos adicionais. Essa é a opinião do economista Antonio Carlos Campino, da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Pág. 6



Parlamentarismo e representatividade

A Conferência do Mês de setembro, com o senador Fernando Henrique Cardoso, dia 30, às 17h, sobre "Parlamentarismo e Representatividade Política no Brasil", dá continuidade à discussão sobre o plebiscito que definirá o sistema de governo do País. Pág. 5

Leia na página 3 sobre a conferência feita pelo jurista Miguel Reale.

Tecnologia e sociedade

"Políticas Públicas, Tecnologia e Desenvolvimento" é o tema da Conferência do Mês que o professor Jean-Jacques Salomon, diretor do Centro de Ciência, Tecnologia e Sociedade do Conservatoire National des Arts e Métiers de Paris, faz dia 17 de outubro, às 17h. Salomon é autor do livro "Prométhée Empêtré - La Résistance au Changement Technique", onde aborda a participação da população nas decisões sobre ciência e tecnologia. Pág. 5



Programa Mercosul

Além das disparidades que inviabilizaram tentativas anteriores de integração regional, o Mercosul terá de assimilar transformações em curso no Primeiro Mundo. Pág. 7

O Floram prossegue

O detalhamento regional, o acompanhamento de iniciativas florestais e a organização da documentação (imagens de satélite) caracterizam a fase atual do Projeto Floram. Pág. 2

Comissão Sul

O IEA realiza no dia 21 de outubro, das 8h30 às 16h30, o debate "O Desafio ao Sul". O objetivo do evento é promover uma ampla discussão sobre o relatório da Comissão Sul. Esse documento, publicado sob a forma de livro, contém recomendações sobre estratégias para o desenvolvimento dos países do Sul. Pág. 5

Cidades e meio ambiente

Prioridade: redução do consumo de combustíveis fósseis

O grande desafio político da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), a realizar-se em junho do próximo ano no Rio de Janeiro, será convencer os administradores públicos de todas as cidades do mundo a aplicar resolu-

ções sobre a redução do consumo de combustíveis fósseis. A opinião é do economista Ignacy Sachs, da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris.

Durante sua palestra no dia 8 de agosto sobre "Os Desafios da Eco/92", Sachs afirmou que os problemas ambientais urbanos são os de mais difícil resolução no momento: "É provável que a reunião coloque no centro dos debates os problemas comuns das cidades, como criminalidade, trânsito, poluição, lixo, saneamento, moradia etc."

Ele também chamou a atenção para as projeções demográficas das Nações Unidas: "Entre 1980 e o ano 2000, a população urbana do Terceiro Mundo passará de um para dois bilhões de pessoas e entre 2000 e 2025, de 2 para 4 bilhões. Isso significa que as cidades do Terceiro Mundo terão 3 bilhões de pessoas de menos de 50 anos no ano 2025." A seu ver, se não houver novas tentativas de reequilibrar a configuração cidade/campo, com o desenvolvimento rural moderno e a descentralização das indústrias em pequenas e médias cidades, a situação ficará incontrolável.

Na opinião de Sachs, os países do Norte devem colocar um pouco mais de ordem em sua própria casa antes de

exigir ou impor qualquer decisão importante na Unced. "Ou chegam ao Rio com objetivos quantitativos de redução do seu consumo de energia fóssil ou terão pouca credibilidade para dar bons conselhos ao Sul." Ele entende que não poderá haver solução para o meio ambiente nos países do Sul enquanto persistirem as situações sociais conhecidas: "A dívida ecológica não pode ser saldada sem saldar ao mesmo tempo a dívida social: saneamento, transporte, saúde, alimentação etc."

Sachs considera "exemplar" o relatório oficial do governo brasileiro que será enviado às chancelarias dos países participantes da Unced. "A posição brasileira me parece bem orientada. É a primeira vez na história que, respondendo a um pedido formal, o governo brasileiro mobiliza uma centena de especialistas para fazer um diagnóstico da situação, dispondo-se inclusive a promover um debate que poderá ser amplo, dependendo da reação da opinião pública. Só conhece outro exemplo similar, mas não governamental, na Índia."

O artigo "The Next 40 Years - Transition Strategies to the Virtuous Green Path: North/South/East/Global" de Ignacy Sachs é o nº 17 da "Série Assuntos Internacionais" da "Coleção Documentos", à venda na sede do IEA.



Ignacy Sachs: "A posição brasileira me parece bem orientada"

FLORESTAS

A continuidade do Floram

Grandes empresas já utilizam projeto como referência

Elaborado no IEA, o Projeto Floram prevê o florestamento em 20 milhões de hectares no Brasil (2,3% do território nacional), atendendo a objetivos ambientais, sociais e econômicos (a íntegra do projeto foi publicada no ano passado no nº 9 da revista "Estudos Avançados"). Dada a abrangência e complexidade da proposta, os autores estão conscientes de que sua implementação, ainda que parcial, depende em grande parte da receptividade de governantes e empresários.

No momento, o Grupo Executivo do Floram tem-se dedicado à setorização da proposta, para atendimento das peculiaridades regionais do espaço físico e ecológico e as expectativas da população, coerentemente com os propósitos de "social forestry".

Outro trabalho em andamento é a organização da docu-

mentação de referência para controle do desenvolvimento a médio prazo das "florestas plantadas". Para isso, foram reunidas no Instituto, graças a convênio com Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), todas as imagens de satélites (Landsat 5) correspondentes a áreas pré-selecionadas no Floram. Esses documentos (146 imagens) já estão à disposição dos interessados na organização dos espaços e nas disponibilidades de áreas para florestamento diferencial no Brasil.

O Grupo Executivo também tem-se empenhado para que as iniciativas de florestamento de algumas grandes empresas brasileiras atendam as recomendações do Floram, sobretudo quanto às possibilidades de se atingir os objetivos reais de uma "social forestry". As primeiras reações favoráveis a uma discussão dos modelos propostos, com grande possibilidade de adoção para implantação, já se fizeram sentir através de diversos projetos regionais: região serrana do Espírito Santo, faixa Carajás-São Luís (setor de áreas predadas de Marabá a Açailândia) e setor das colinas e tabuleiros do Maranhão (entre a Serra e a Baixada Maranhense).

Através de ação conjunta do governo estadual, da Riocell e da UFRS, surgiram propostas de um programa de bloqueio, através de florestamentos zoneados, da desertificação do sudoeste do Rio Grande do Sul.

Um dos estudos mais delicados e importantes de avaliação de potencialidades para florestamento, no modelo "social forestry", é o que tem sido feito nas áreas degradadas ou interferidas do subdomínio ecológico dos babaquais no norte maranhense.

Qual parlamentarismo?



Miguel Reale: "Não basta oferecer o parlamentarismo como opção; primeiro é preciso definir o seu tipo"

Diante da opção entre presidencialismo e parlamentarismo no plebiscito de 1993, o eleitor indagará: qual parlamentarismo? É importante, portanto, que se estructure a proposta parlamentar antes do plebiscito, ressaltou o jurista Miguel Reale (foto) durante a *Conferência do Mês* que fez no dia 22-de agosto sobre "Perspectivas Parlamentaristas".

Reale lembrou que a Comissão de Estudos Constitucionais (mais conhecida como Comissão Arinos) instituída pelo ex-presidente José Sarney chegou à proposta de um sistema semiparlamentarista. "Essa também era a posição da Constituinte, que depois optou pelo presidencialismo." Essa mudança ocorreu, segundo o jurista, depois de Sarney levantar a questão da duração de seu mandato. "Isso motivou articulações políticas e interferência nos quadros partidários."

Para ele, a proposta de um semiparlamentarismo é coerente com o panorama internacional: "Desde o pós-guerra, cada vez mais o parlamentarismo se presidencializa e o presidencialismo se parlamentariza. A isso chamo de 'dualismo de complementaridade', onde se mesclam os valores inerentes do presidencialismo (rapidez e eficiência) e do parlamentarismo (aderência mais concreta aos valores democráticos)".

Reale não acredita numa possível antecipação do plebiscito. "Isso é inviável devido à fragilidade das estruturas partidárias, com parlamentares que não atuam sob a coordenação das lideranças." Também revelou suas dúvidas quanto ao plebiscito de 1993. "A primeira coisa a ser feita será a elaboração do

regimento interno da 'Assembléia Nacional Constituinte Interina' encarregada da revisão constitucional, e isso demandará de dois a três meses. A matéria acabará sendo transferida para 1994, quando haverá eleições para a presidência da República, governos estaduais, Congresso Nacional e Assembléias Legislativas. É difícil imaginar que os políticos deixarão de lado suas candidaturas para se dedicar à revisão da Constituição."

Ele comentou a pertinência da tese de alguns juristas segundo a qual, em 1993, não haveria uma revisão global da Constituição, mas apenas a realização do plebiscito sobre o regime e o sistema de governo. Caso o eleitorado escolhesse o parlamentarismo, aí então se promoveria a revisão constitucional. Para Reale, essa tese não tem fundamento, "pois o artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é claro quando diz que a revisão 'será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição'".

Apesar de ser favorável à implantação do semiparlamentarismo, Reale alerta que a eficácia do sistema depende da resolução de questões como a definição das atribuições do Executivo e do Legislativo. "Seria um fator de instabilidade, por exemplo, se o presidente fosse o comandante-em-chefe das Forças Armadas ou o dirigente da política econômica." Aos que minimizam o problema, exemplificando com o bom funcionamento do sistema francês, Reale alega que a vida político-cultural francesa possui características marcantes, como a tradição parlamentar e especialmente a forte estrutura partidária, inexistentes no Brasil.

A escolha do primeiro ministro caberá à Câmara dos Deputados, a partir da análise da indicação do presidente da República. Poderá acontecer de a Câmara não aceitar o indicado. Nesse caso, lembrou Reale, a Comissão Arinos havia discutido duas propostas: a primeira, de Hélio Jaguaribe, possibilitava ao presidente indicar outro nome e, havendo outra recusa, um terceiro nome seria definido pela própria Câmara; na segunda, apresentada por Reale, o terceiro nome seria definido pelo presidente.

Reale enfatizou a necessidade de a Câmara ser constituída proporcionalmente, de acordo com a população ou número de eleitores de cada Estado, para que não haja o risco de uma imposição regionalista na escolha do primeiro ministro, em detrimento de Estados mais significativos dos pontos de vista econômico e populacional. "Atualmente o Acre e o Amapá possuem oito deputados e São Paulo nem sequer conseguiu os setenta assegurados pela Constituição."

Outro ponto que deverá suscitar controvérsia refere-se às condições para a dissolução da Câmara. "Essa questão também foi analisada pela Comissão Arinos e as opiniões foram bastante ambíguas. Eram tantas as condições que, se o parlamentarismo fosse implantado em 1988, o presidente ficaria de mãos atadas para dissolver o governo."

Parlamentarismo e representatividade no Brasil

O senador Fernando Henrique Cardoso, professor do Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP, faz dia 30 de

setembro, às 17h, no IEA, a Conferência do Mês sobre "Parlamentarismo e Política no Brasil".

Líder do PSDB no Sena-

do, Cardoso foi diretor associado de estudos na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris e professor visitante no Collège de France. Lecionou também nas Universidades de Cambridge (Inglaterra), Stanford e Berkeley (Estados Unidos). Publicou vários livros no Brasil e no Exterior, entre os quais "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional", "Dependência e Desenvolvi-

to na América Latina" (com Enzo Faletto) e "Autoritarismo e Democratização".

Com essa conferência, o IEA dá continuidade à discussão sobre a alternativa entre presidencialismo e parlamentarismo como sistema de governo para o Brasil, escolha a ser feita pelo eleitorado em plebiscito, conforme estabelece o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (leia sobre a Conferência do Mês de agosto do jurista Mi-



Senador Fernando Henrique Cardoso *guel Reale sobre "Perspectivas Parlamentaristas" na página 3 desta edição.*

DESENVOLVIMENTO

O relatório da Comissão Sul

O IEA realiza no dia 21 de outubro, das 8h30 às 16h30, o debate "O Desafio ao Sul". O evento será aberto pelo professor Celso Furtado, um dos integrantes brasileiros da Comissão. Participarão como debatedores José Goldemberg, Allain Ruellan, Severo Gomes, Paulo Nogueira Batista, Geraldo Cavagnari, Ênio Candotti e Alberto Goldman, entre outros.

O objetivo do debate é realizar uma ampla discussão sobre o relatório da Comis-



Julius Nyerere, presidente da Comissão Sul, entregou o relatório da entidade ao IEA em junho

são Sul, publicado em forma de livro com o título "O Desafio ao Sul" (Portugal, Edições Afrontamento, 1990). Trata-se de um documento

com recomendações sobre estratégias para o desenvolvimento dos países do Sul nos anos 90 e início do próximo século. O livro está à venda nas livrarias da Edusp.

A Comissão Sul foi instituída em 1987, depois de anos de discussão entre dirigentes políticos e intelectuais dos países do Sul. A proposta inicial foi do primeiro-ministro da Malásia, Mahatir Mohamad, e liderada pelo ex-presidente da Tanzânia, Julius K. Nyerere, presidente da entidade.

EDUCAÇÃO

A experiência dos Cieps

No dia 8 de outubro, às 14h30, Maria Yedda Linhares, secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro, realiza no IEA a palestra "Educação e Cieps: Uma Avaliação". O evento integra as atividades do Programa de Educação Para a Cidadania do Instituto, coordenado pelo professor Alfredo Bosi.

Os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) são escolas de 1º Grau em regime de jornada integral implantados no primeiro governo do Rio de Janeiro de Leonel Brizola. Segundo a proposta original dos Cieps, o universo cultural dos alunos deve ser respeitado, com os professores motivando-os a relatar suas experiências pessoais.

CONFERÊNCIA DO MÊS – OUTUBRO

Tecnologia e sociedade

Políticas Públicas, Tecnologia e Desenvolvimento" é o tema da "Conferência do Mês" que o professor Jean-Jacques Salomon, diretor do Centro de Ciência, Tecnologia e Sociedade do Conservatoire National des Arts et Métiers de

Paris, faz dia 17 de outubro, às 17h, no IEA.

Nos regimes democráticos, é cada vez maior o empenho do Estado a favor da inovação tecnológica em razão da complexidade crescente da organização e da gestão da investigação. Entretanto,

segundo Salomon, "as funções regulamentadoras tradicionais do Estado são prolongadas agora por uma nova função: a avaliação social da tecnologia. Trata-se de um processo político que pressupõe a informação dos grupos afetados pela mudança tecnológica, um debate aberto na sociedade sobre as novas tecnologias".

Correção

Na página 2 da edição anterior do "Informativo Estudos Avançados" (no 22), houve inversão do terceiro, quarto e quinto parágrafos do texto "América Latina: crise de representatividade", sobre a conferência do sociólogo peruano Anibal Quijano. A ordem correta é a seguinte:

Certamente que a superação dessa herança indesejável não iria se dar com a entrega do poder aos civis, nem com eleições diretas, que traçaram um novo mapa político na América Latina a partir da década de 80. De acordo com Quijano, três fatores contribuíram para que isso

acontecesse: a falta de legitimidade política de partidos e candidatos, excesso de populismo nos programas de governo e pressão neoliberal vinda dos países industrializados. "A nova ordem política esbarrou na nacional-populismo por causa da magnitude e do caráter da crise. Também houve uma pressão muito forte de neoliberais no sentido de provar que o programa de desenvolvimento dos sociais-democratas não alcançaria êxito."

Nessas circunstâncias a saída foi tentar conter a onda de descontentamento de milhões de trabalhadores com planos de combate à inflação e de negociação da dívida

externa, observou Quijano. Com o tempo e no mais puro espírito de latinidade, os presidentes latino-americanos estreitaram seu relacionamento pessoal, tornando-se cada vez mais afinados no tom dos pronunciamentos."

Ao contrário porém do que imaginaram, houve reações e o apoio popular que eles esperavam extrair dessa aventura evaporou-se com as elevadas e instáveis taxas de inflação. Quijano exemplifica com o caso argentino, considerando a maior prova do fracasso do governo Raul Alfonsín o fato de ele haver antecipado espontaneamente o fim do seu mandato.

PROGRAMAÇÃO IEA – SETEMBRO/OUTUBRO – 1991

DATA	HORÁRIO	TEMA	CONFERENCISTA	ÁREA/GRUPO/PROGRAMA
16/9	9h30	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	Marcos Castrioto de Azambuja (Ministério das Relações Exteriores)	Assuntos Internacionais
17/9	8h30	MERCOSUL: IMPASSES E ALTERNATIVAS	Ricardo Seitenfus (coordenador)	Assuntos Internacionais
18/9	17h	THE POLITICAL ECONOMIC OF POLICY FORMATION: WHAT IS IT ALL ABOUT?	Philippe De Villé (Universidade Católica de Louvain, Bélgica)	Política e Economia
8/10	14h30	EDUCAÇÃO E CIEPS: UMA AVALIAÇÃO	Maria Yedda Linhares (Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro)	Educação Para a Cidadania
26/9	16h	THE ECONOMIC VALUE OF FORESTS: SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ASPECTS	Thomas Andersson (Industriens Utredningsinstitut, Suécia)	Ciências Ambientais
30/9	17h	PARLAMENTARISMO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA NO BRASIL	Fernando Henrique Cardoso (Senado Federal)	Conferência do Mês
2/10	9h	INSTALAÇÃO DE UMA BASE DE PESQUISA NA SERRA DO NAVIO NO AMAPÁ	Erney Plessmann de Camargo (Pró-Reitoria de Pesquisa da USP)	Política Científica e Tecnológica
3/10	16h	THE ARAB-ISRAELI PEACE CONFERENCE: EXPECTATIONS AND REALITIES	Itamar Rabinovich (Universidade de Tel Aviv, Israel) – Debatedores: Paulo Nogueira Batista e Celso Lafer	Assuntos Internacionais
9/10	9h	ESTRATÉGIAS EM BIOLOGIA MOLECULAR	Gerhard Malnic (coordenador)	Biologia Molecular
14/10	14h30	O CONCEITO DE TEMPO NA IMAGEM ELETRÔNICA*	Ana Maria Balogh (coordenadora)	Estudos do Tempo
15/10	9h	ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL	José Arnaldo Rossi (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS)	Política e Economia
16/10	9h30	1876: MICROBE, MICROBIE, MICROBIOLOGIE	Claire Salomon-Bayet (CNRS, França)	Lógica e Teoria da Ciência
17/10	17h	PUBLIC POLICY, TECHNOLOGY AND DEVELOPMENT	Jean-Jacques Salomon (Conservatoire National des Arts et Métiers, França)	Conferência do Mês
18/10	16h30	THEORY OF THE TRUTH	David Miller (Universidade de Warwick, Inglaterra)	Lógica e Teoria da Ciência
21/10	8h30	O DESAFIO AO SUL	Jacques Marcovitch (coordenador)	Assuntos Internacionais
CICLO DE SEMINÁRIOS DE CIÊNCIA COGNITIVA E PSICOBIOLOGIA				
27/9	16h30	CORRELAÇÃO DE SÍNDROMES NEUROPSICOLÓGICAS E IMAGEM	João Radvany (Hospital Israelita Albert Einstein) e Candida Camargo (Hospital das Clínicas da FMUSP)	
11/10	16h30	CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: ASPECTOS PSICOLÓGICOS	Lino Macedo (Instituto de Psicologia da USP)	
18/10	16h30	CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: ASPECTOS BIOLÓGICOS E SOCIAIS	Ives De La Taille (Instituto de Psicologia da USP)	

Local – sede do IEA, exceto: * Auditório de Cinema da ECA/USP. Todos os eventos são abertos ao público e não necessitam de inscrição.

estudos AVANÇADOS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Vice-Reitor: Ruy Laurenti

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

Conselho Diretor: Jacques Marcovitch (diretor), Alfredo Bosi (vice-diretor), Carlos Guilherme Mota, Geraldo Forbes, Gerhard Malnic e Paul Singer.
Assistente Técnico Acadêmico: Rubem Affonso Beltrão Junior. Redação: Mauro Marcos de Oliveira Bellesá (jornalista responsável) e Dario Borelli. Endereço: Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, térreo, Cidade Universitária, CEP 05508, São Paul, SP. Telefone: 813-3222, ramais 2519 e 2730. Fax: 211-9563. Serviços gráficos: Coordenadoria de Comunicação Social da USP.



Dario Borelli

Para Campino, as entidades ambientalistas deveriam incorporar programas de saúde em seus projetos

PROPOSTA

Recursos adicionais para saúde

Conversão da dívida pode ser uma das fontes

O economista Antonio Carlos Campino, da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), analisou as fontes adicionais de recursos para a área de saúde dos países latino-americanos durante palestra no dia 13 de agosto, promovida pela Área de Política Científica e Tecnológica.

Um estudo recente da Opas em cinco países (Brasil, México, Uruguai, Honduras e Guatemala) mostra que a mortalidade infantil diminuiu e a desnutrição foi reduzida, embora os países latino-americanos atravessassem um processo de deterioração econômica e social. Segundo Campino, esse aparente paradoxo "se deve ao fato de a Opas trabalhar com indicadores de tendências de lon-

go prazo, insuscetíveis às variações econômicas".

Campino considera a conversão de parte da dívida externa para aplicação em projetos de saúde na América Latina uma das mais importantes fontes geradoras de recursos adicionais. "Entretanto, no Brasil há uma limitação na capacidade de o setor de saúde gerar projetos que possam ser financiados dessa forma." Enquanto o Banco Central não autorizar conversões nessa área, ele sugere às Organizações Não-Governamentais (ONGs) incorporar programas de saúde em seus projetos de preservação ambiental.

No debate que se seguiu à palestra de Campino, o professor José Aristodemo Pinotti, ex-secretário estadual da

Saúde de São Paulo, disse considerar válida a proposta de conversão de parte da dívida em programas de saúde. Entretanto, para ele as ONGs não priorizam as questões epidemiológicas mais importantes: "Nessa área, suas ações costumam refletir as preocupações dos países ricos que as financiam".

Na opinião de Alberto Carvalho da Silva, presidente da Fapesp, os recursos transferidos via conversão da dívida externa poderiam financiar programas de caráter educativo, como o combate ao tabagismo e o incentivo ao aleitamento materno.

De acordo com Afonso José de Matos, da Fundação Getúlio Vargas, a prioridade é a administração adequada dos 4% do Produto Interno Bruto (PIB) destinados ao setor.

Álvaro Escrivão, da secretaria municipal de Saúde de São Paulo, disse que já teve vários conflitos com ambientalistas que pensam a questão da saúde de maneira "reduzida". Para ele, há pouca esperança de os ambientalistas colaborarem efetivamente com a saúde em São Paulo.

O artigo "Financiamento da Inovação em Programas de Saúde na América Latina" de Antonio Carlos Campino é o nº 7 da "Série Política Científica e Tecnológica" da "Coleção Documentos", à venda na sede do IEA.

DISCRIMINAÇÃO

O mito da democracia racial

Em 1964, o antropólogo norte-americano Marvin Harris veio ao Brasil estudar a diversidade étnica do País. Ele mostrou fotografias de pessoas de várias cores a pescadores de uma aldeia na Bahia e pediu que eles identificassem a raça de cada fotografado. As respostas foram tão evasivas que ele concluiu não haver nenhum sistema de classificação racial no País.

Esse fato foi relatado pelo historiador Thomas Skidmore, diretor do centro de Estudos Sobre a América Latina da Brown University (EUA), durante a palestra "Mitos e Dados: O Descobrimto de um Problema Racial no Brasil", organizada pela Área de História das Ideologias e Mentalidades no dia 1º de agosto. Para ele, essa "ambigüidade de classificação ajuda a manter o mito da democracia racial no Brasil".

Skidmore afirmou que esse mito foi delineado entre 1890 e 1940, período em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



Agência USP

Skidmore: "Leis não bastam; é preciso saldar a dívida social"

(IBGE) omitiu o item "raça" nos recenseamentos. "Sem dados oficiais não houve a possibilidade de questionar o racismo contra o negro e sua marginalização. Por isso o problema foi menos documentado nas ciências do que na literatura.

Ele é cético quanto à eficácia das penalidades previstas na Constituição (crime inafiançável e imprescritível, com pena de reclusão) para a inibição do racismo. "Em 1951, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei do deputado Afonso Arinos que regulamentava as disposições constitucionais sobre a igualdade de raças. Foi proibida a segregação racial nas repartições e em outros locais públicos e obrigava-se a aceitação de negros em todas as escolas. Mas quantos casos de discriminação foram levados à Justiça baseados nessa lei? Poucos."

A alternativa apontada por Skidmore para o fim da discriminação é o governo federal saldar sua dívida social, fornecendo escola de bom nível, assistência de saúde, moradia, transporte, empregos e salários decentes à população.

A íntegra da palestra de Thomas Skidmore ("Fact and Myth: Discovering a Racial Problem in Brazil") será publicada na "Série Histórias das Ideologias e Mentalidades" da "Coleção Documentos".

Professores visitantes

O detalhamento ou execução de uma pesquisa, a redação de um livro ou a participação em projetos de maior porte são atividades que exigem permanência mais prolongada no IEA. A atuação dos professores visitantes constantes desta relação exemplificam isso.

GUIOMAR NAMO DE MELLO — educadora, professora da Pontifícia



Universidade Católica de São Paulo, ex-secretária de Educação do Município de São Paulo e ex-deputada estadual. É professora visitante desde junho, integrando o Programa de Educação Para a Cidadania, do qual coordena o Grupo de Políticas Públicas de Educação.

ANÍBAL QUIJANO — Sociólogo, professor da Universidade Nacional de São Marcos, Peru. Quijano fez a palestra "A Questão da América Latina" em maio e a Conferência do Mês de julho sobre "A Crise de Representatividade Política na América Latina".

AZIZ AB'SÁBER — Geógrafo, ex-diretor do Instituto de Geografia da USP. Professor visitante e coordenador da Área de Ciências Ambientais desde 1988. Ab'Sáber desenvolve a pesquisa "A Teoria

dos Refúgios: Origem e Significado" e é um dos autores do Projeto Floram (leia sobre a continuidade desta proposta na página 2).

RICARDO SEITENFUS

— Doutor em relações internacionais pela Universidade de Genebra (Suíça) e assessor de cooperação científica e cultural da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra. Coordena a pesquisa "Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)" e o "Programa de Estudos Sobre o Mercosul" (leia texto abaixo sobre o programa).

AMAURY PORTO DE OLIVEIRA — Foi embaixador do Brasil em Cingapura. Especializou em questões energéticas e tecnológicas no contexto internacional. Professor visitante desde o início do ano, Porto de Oliveira fará ainda neste semestre um ciclo de palestras sobre "A História



Recente do Oriente Remoto".

KATIA MATTOSO

— Historiadora, professora de história do Brasil moderno e contemporâneo na Universidade de Paris-Sorbonne, França. Realizou no primeiro semestre um ciclo de palestras sobre "A Igreja no Período Colonial Brasileiro", onde abordou a atuação dos jesuítas, o jansenismo e a atuação do clero baiano.

JOSÉ ADELINO MEDEIROS —

Economista, analista de desenvolvimento científico e tecnológico do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas (CNPq). Dedicou-se especialmente ao estudo dos polos tecnológicos brasileiros e da interação entre instituições de pesquisa, or-



ganismos governamentais e iniciativa privada.

NELSON PAPAVERO — Zoólogo, pesquisador do Museu de Zoologia da USP e do Museu Paraense Emílio Goeldi. Professor visitante desde 1989, Papavero tem-se dedicado a três linhas de pesquisa: desenvolvimento de uma mereologia aplicada à biologia, prosseguimento da série "Introdução Histórica à Biologia Comparada" e pesquisas entomológicas.

HELENA HIRATA —

Socióloga, pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França. Deu prosseguimento, durante o primeiro semestre, a seu estudo comparado dos modelos japonês, sueco e italiano de organização do trabalho. Participou de seminários organizados pelo IEA nos campi da USP em São Paulo e São Carlos.



ACORDO

Os desafios do Mercosul

Almejada integração de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — o Mercosul — terá de enfrentar, além das tradicionais disparidades que levaram ao fracasso de tentativas anteriores, a urgente necessidade de incorporar transformações já em assimilação pelo Primeiro Mundo e, com bastante sucesso, até mesmo por certas economias de países de industrialização recente.

Os obstáculos a superar são enormes: desequilíbrio na distribuição de renda, analfabetismo e outras carências, num contexto onde já não se podem prever "saltos" no desenvolvimento econômico, nem desligamento dos blocos das economias desenvolvidas, com as quais estamos violentamente endividados e das quais dependem nossas exportações.

Também se constituem em obstáculos os esforços a serem feitos para elevar o desempenho de nossas atividades produtivas. Isso envolve desde a melhoria das condições de vida das populações (com atenção destacada na alimentação, educação e saúde) até o desenvolvimento tecnológico.

A iniciativa do Mercosul, que se resume na viabilização de condições originais e superiores de desenvolvimento econômico e social, depende, assim, de iniciativas internas de cada um dos países membros, ao lado de ações empreendidas no contexto internacional, buscando vantagens comparativas num novo tipo de inserção na economia mundial.

Nesse processo há dois aspectos fundamentais a considerar. O impacto da integração sobre o setor produtivo nacional — mesmo estando claro que as conseqüências para o consumidor só poderão ser positivas — acarretará em reavaliar todo o atual sistema de produção e conceber cenários onde as políticas virão a se tornar realidade.

Em segundo lugar, há a engenharia do processo de integração. Se quatro mercados irão constituir um só, é preciso saber operá-lo, inclusive lançando mão de outras experiências, como a da Comunidade Econômica Européia.

O IEA vem trabalhando nessas questões, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores e, mais recentemente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) do Ministério de Economia, Fazenda e Planejamento. Estão sendo preparados onze termos de referência nas áreas pertinentes ao processo de negociação. No dia 17 de setembro estarão reunidos no IEA pesquisadores e convidados para ultimar detalhes sobre o Programa de Estudos Sobre o Mercosul, a se iniciar em outubro, com término previsto para dezembro de 1992.

Ricardo Seitenfus, doutor em relações internacionais e coordenador do Programa de Estudos Sobre o Mercosul; Pedro Scuro Neto, PhD em sociologia e integrante do mesmo programa.

José Honório Rodrigues

Mesa-redonda marcou inauguração do acervo doado pela jurista Lêda Boechat Rodrigues

A Área de História das Ideologias e Mentalidades realizou no dia 23 de agosto uma mesa-redonda sobre as contribuições de José Honório Rodrigues à historiografia brasileira, com a participação de Carlos Gui-

Iherme Mota, Paulo Sérgio Pinheiro, José Sebastião Witter, Ricardo Seitenfus, Vami-reh Chacon e Lêda Boechat Rodrigues, colaboradora e viúva do historiador.

Após a mesa-redonda, ocorreu o lançamento do li-

vro "Ensaio Livres" (Editora Imaginário), organizado por Lêda Boechat Rodrigues. A obra contém 46 ensaios curtos de José Honório Rodrigues.

O encontro também marcou a inauguração do "Acervo José Honório Rodrigues". Nele, estará reunida toda a bibliotecadohistoriador, além de seus arquivos de manuscritos, recortes de jornais, documentos pessoais e fotografias. Atualmente, já se encontram no IEA 8 mil volumes (de um total de 35 mil), 5 mil fotografias e o arquivo de recortes de jornais sobre o historiador e sobre a história e política brasileiras. O pesquisador interessado deve agendar consulta com Ana Maria, bibliotecária do Centro de Documentação do IEA, através do telefone 813-3222, ramais 2519 e 2730.



Mauro Bellesca

A jurista Lêda Boechat Rodrigues (centro) também participou do evento

ANIVERSÁRIO

Em pauta os cinco anos de IEA

Comemoração instaura o processo de avaliação interna e externa e discute perspectivas para o Instituto

No dia 30 de agosto, aconteceu a mesa-redonda "Origens e Perspectivas do IEA - 5 Anos". Participaram da discussão os membros da comissão fundadora do Instituto (o reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho e os professores Alberto Carvalho da Silva, Alberto Luiz da Rocha Barros, Carlos Guilherme Mota e Gerhard Malnic), membros do Conselho Diretor e o ministro da Educação, José Goldemberg,

reitor da USP quando da criação do IEA.

Na avaliação dos participantes, o Instituto tem cumprido com as finalidades que lhe foram atribuídas. Como a mesa-redonda também teve o objetivo de estabelecer diretrizes para os próximos cinco anos, foram feitas sugestões quanto ao direcionamento das atividades. O professor Rocha Barros, considera importante que o IEA intensifique os trabalhos em pesquisa

básica. Por outro lado, dadas as especificidades do Instituto (a inexistência de laboratórios, por exemplo, que duplicariam instalações da Universidade), o professor Gerhard Malnic lembrou que a Área de Biologia Molecular, da qual é coordenador, pode ser um modelo de atuação para as ciências exatas e naturais: "Os integrantes da área optaram pela dedicação ao estabelecimento da política científica e tecnológica em biolo-

gia molecular da Universidade".

O reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho destacou em sua análise que o IEA ainda "é muito jovem para que possuir um perfil definido, o que poderia tolher o seu desenvolvimento".

Ainda durante a mesa-redonda, o diretor Jacques Marcovitch anunciou a solicitação à Pró-Reitoria de Pesquisa uma avaliação por uma comissão externa ao Instituto.



Mauro Bellesca

Encontro reuniu comissão que criou o IEA

"Uma Janela Para o Mundo" é o programa produzido pelo IEA sobre os temas científicos e culturais da atualidade e transmitido pela Rádio USP (FM 93.7) aos sábados, às 14h